



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Coordenadoria de Licitações e Contratos

RICARDO
ALMEIDA
DE
BARROS
19/06/2026 14:10

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

LEI N. 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4246/2026	DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 097/2026
OBJETO: Aquisição anual de medicamentos, insumos e material médico-hospitalar para a área de Enfermagem da Coordenadoria de Saúde do TRT5 para exercício de 2026.	
CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO CÓDIGO UASG: 80007	
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$25.754,21	
DATA DA SESSÃO: 29/06/2026	
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 8h às 14h	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item e/ou por grupo	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO	
EXIGÊNCIA DE AMOSTRA: SIM	

Aviso de Contratação Direta baseado no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.

Acesso ao Aviso no Portal do TRT5:





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Coordenadoria de Licitações e Contratos

PROAD N. 4246/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 097/2026

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço**, com base no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Instrução da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 29/06/2026

Horário da Fase de Lances: Das 8h às 14h

Link: www.gov.br/compras

Critério de Julgamento: menor preço

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de medicamentos, insumos e material médico-hospitalar para a área de Enfermagem da Coordenadoria de Saúde do TRT5 para exercício de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Especificações	CATMAT	Unidade medida	Qtde.
1	1	Eletrodo descartável para desfibrilador externo automático (DEA) ZOLL AED PLUS. Eletrodo de peça única, mul função	453771	UNIDADE	1



		CPR-D-padz; uso adulto, descartável, com validade de 05 anos a partir da data de fabricação e com validade mínima de 54 meses no ato da entrega.			
	2	Bateria 3V Lithium CR 123A (para DEA Zoll), marcas Duracell ou Sanyo, conforme instruído pelo fabricante. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	279282	UNIDADE	40
		TOTAL GRUPO 1			
	3	Midazolam 5mg/ml, ampola 3 ml	268481	AMPOLA	20
2	4	Soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%), 250 ml, sistema fechado.	268236	UNIDADE	100
	5	Soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%), 10 ml, ampola/flaconete.	448699	UNIDADE	200
		TOTAL GRUPO 2			
3	6	Algodão Hidrófilo: não estéril, alvejado, extra absorvente e macio. Apresentação em rolo de 500gr. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	628473	ROLO	3
	7	Agulha 30x0,8. Dimensão 21G x 1 ¼. Embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	439805	UNIDADE	400
	8	Agulha 30x0,7. Dimensão 22Gx1 ¼. Embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	439808	UNIDADE	400
	9	Escalpe 19 G. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	437168	UNIDADE	100
	10	Compressa de gaze não estéril, 100% algodão, 7,5x7,5cm, 13 fios/cm³. Pacote com 500 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	628243	Pacote	4
	11	Curativo adesivo redondo Blood Stop, caixa com 500 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	483363	CAIXA	4
	12	Curativo adesivo, formato fita, 2,5x7,5 cm. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	483367	UNIDADE	400
	13	Hastes plásticas flexíveis(cotonete), 100% algodão. Caixa com 300 unidades. Validade mínima de 1 (um) ano na data de entrega.	481317	CAIXA	3
	14	Loção oleosa a base de AGE; frasco 100ml. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	281657	FRASCO	6
		TOTAL GRUPO 3			
4	15	Bromoprida 10mg, comprimido.	269954	COMPRIMIDO	200
	16	Butilbrometo de escopolamina 10mg/ml; frasco 20ml	267281	FRASCO	6



	17	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg/ml+ dipirona 333,4 mg/ml; frasco 20ml	270622	FRASCO	6
	18	Butilbrometo de escopolamina 10mg+ dipirona 250mg;	270620	COMPRIMIDO	200
	19	Cetoprofeno 100mg;	393813	COMPRIMIDO	400
	20	Clonazepam 0,25mg, <u>apresentação sublingual</u>	344014	COMPRIMIDO	300
	21	Diclofenaco sódico 50mg;	271000	COMPRIMIDO	200
	22	Dipirona mono-hidratada 500mg/ml; frasco 20ml	267203	FRASCO	6
	23	Dipirona 500mg, comprimido.	267203	COMPRIMIDO	800
	24	Loratadina 10mg,	273466	COMPRIMIDO	360
	25	Paracetamol 750mg, comprimido.	267779	COMPRIMIDO	300
	26	Prednisona 20mg, comprimido.	267743	COMPRIMIDO	200
	27	Ondansetrona 4mg, comprimidos orodispersíveis.	419016	COMPRIMIDO	300
		TOTAL GRUPO 4			
5	28	Álcool etílico hidratado a 70%, apresentação em líquido. Frasco 1L. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	269941	FRASCO	44
	29	Álcool gel 70%, tubo com tampa e bico econômico. Frasco com 500ml. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	269943	FRASCO	40
	30	Embalagem para esterilização, material: papel grau cirúrgico, composição: com filme polímero multilaminado, para esterilização em autoclave, espessura: cerca de 60g/m2, termosselante, tamanho: cerca de 20 cm, com indicador químico. Apresentação: rolo de 100m. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	442384	ROLO	6
	31	Embalagem para esterilização, material: papel grau cirúrgico, composição: com filme polímero multilaminado, para esterilização em autoclave, espessura: cerca de 60g/m2, termosselante, tamanho: cerca de 10 cm, com indicador químico. Apresentação: rolo de 100m. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	442385	ROLO	6
	32	Hipoclorito de sódio 1%; frasco 1L. Validade mínima de 1 (um) ano na data de entrega.	437161	FRASCO	20
	33	Indicadores biológicos para ciclo de esterilização a vapor. Caixa com 10	339648	CAIXA	20



		unidades. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.			
		TOTAL GRUPO 5			
	34	Pano em rolo, material TNT, reutilizáveis, tamanho 20cmx22cm. Rolo com 58 panos.	280847	ROLO	25
	35	Sabonete líquido cremoso à base de triclosan a 0,5%, com aromatizante, utilizado para a assepsia das mãos. apresentação frasco com 1 litro. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	388261	FRASCO	10
6	36	Luva procedimento P, de látex, tamanho pequeno. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619840	CAIXA	4
	37	Luva procedimento PP, nitrílica, sem pó, tamanho pequeno. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619822	CAIXA	30
	38	Luva procedimento P, nitrílica, sem pó, tamanho pequeno. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619823	CAIXA	29
	39	Luva procedimento M, nitrílica, sem pó, tamanho médio. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619824	CAIXA	30
	40	Luva procedimento M, de látex, tamanho médio, sem pó. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619846	CAIXA	4
	41	Máscara cirúrgica descartável, material não tecido 100% propileno, mínimo 3 camadas, ajustável com clipe nasal, tamanho adulto. Caixa com 50 unidades. Marca Medix, Descarpac ou similar. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	485312	CAIXA	26
	42	Touca uso hospitalar em TNT 100% propileno, descartável, com elástico duplo selado em toda volta, tipo turbante. Gramatura 30g/m2. Tamanho 50x50cm cor azul. Pacote com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	428616	PACOTE	40
		TOTAL GRUPO 6			



7	43	Ácido acetilsalicílico 100mg,	267502	COMPRIMIDO	60
	44	Captopril 25mg;	267613	COMPRIMIDO	300
	45	Dinitrato de isossorbida 5mg;	273402	COMPRIMIDO	60
	46	Furosemida 40mg, comprimido.	267663	COMPRIMIDO	60
	47	Losartana potássica 50mg,	268856	COMPRIMIDO	150
		TOTAL GRUPO 7			
	48	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml. 20ml.	396471	FRASCO	6
8	49	Dipirona monoidratada 300mg + citrato de orfenadrina 35mg + cafeína anidra 50mg;	283156	COMPRIMIDO	200
	50	Dipirona 300mg + mucato de isometepteno 30mg + cafeína 30mg;	270633	DRAGEA	200
	51	Succinato de sumatriptana 50mg: caixa com 02 comprimidos	292468	CAIXA	10
		TOTAL GRUPO 8			
9	52	Cloridrato de fexofenadina 60mg + cloridrato de pseudoefedrina 120mg;	270796	COMPRIMIDO	200
	53	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina 10mg;	272333	COMPRIMIDO	300
	54	Hidróxido de magnésio associado a hidróxido de alumínio e simeticona; frasco 240ml	431311	FRASCO	6
	55	Pantoprazol 40mg, comprimido.	267892	COMPRIMIDO	210
	56	Paracetamol 300 mg + diclofenaco sódico 50mg + carisoprodol 125mg + cafeína 30mg;	270917	COMPRIMIDO	300
		TOTAL GRUPO 9			
10	57	Cateter nasal para oxigênio, tipo olhos, tamanho adulto, estéril, embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	621719	UNIDADE	20
	58	Extensão para oxigênio, estéril, cerca de 2m, embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	458439	UNIDADE	20
		TOTAL GRUPO 10			
11	59	Balança doméstica, tipo digital, capacidade 150kg.	622211	UNIDADE	3
	60	Bolsa térmica para uso em saúde, com gel atóxico, cerca de 1000ml	433757	UNIDADE	2
	61	Bolsa térmica para uso em saúde, com gel atóxico, cerca de 500ml	433756	UNIDADE	2
	62	Esfigmomanômetro digital. Aparelho de pressão arterial digital automático de braço. Embalagem individual.	436498	UNIDADE	2
	63	Esfigmomanômetro análogo, aneróide, de braço, braçadeira em nylon, fecho em velcro, tamanho adulto. Embalagem individual.	432468	UNIDADE	5
	64	Esfigmomanômetro análogo, aneróide, de braço, braçadeira em nylon, fecho em	435624	UNIDADE	2



		velcro, tamanho <u>adulto obeso</u> . Embalagem individual.			
	65	Termômetro clínico digital; ajuste digital; uso axilar, com alarme. Embalagem individual.	435801	UNIDADE	4
	66	Tira reagente para glicemia, p/ medidores de glicose G-Tech Lite, Caixa com 50 tiras. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	339565	CAIXA	5
		TOTAL GRUPO 11			
12	67	Colagenase 0,6 U/g+cloranfenicol0,01g/g (pomada).bisnaga 30g	270495	BISNAGA	10
	68	Cloridrato de clonidina 0,100mg;	272043	COMPRIMIDO	90
	69	Mupirocina 20mg/g (pomada)	273455	BISNAGA	6
	70	Prometazina 20mg/g (creme)	269389	BISNAGA	6
		TOTAL GRUPO 12			
13	71	Fita adesiva grande (crepe): fita crepe adesiva hospitalar (50mx16mm) composta de papel crepado saturado e envernizado, recoberto com adesivo à base de borracha natural; embalagem individual. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	400374	UNIDADE	12
	72	Maleta de primeiros socorros tamanho 44cmx24cmx22cm	371251	UNIDADE	2
	73	Máscara de ressuscitação para ventilação artificial ou ressuscitador manual (ambu). Validade indeterminada.	456412	UNIDADE	7
	74	Sistema para compressão, tipo torniquete não pneumático, aplicação tático, para atendimento pré-hospitalar, com fivela e barra pressão.	485515	UNIDADE	4
	75	Tábua para massagem cardíaca, em material polipropileno, com as seguintes dimensões: Altura 6mm / Comprimento 60 cm / Largura 40cm. Prancha para compressão torácica.	427815	UNIDADE	2
		TOTAL GRUPO 13			
14	76	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml, ampola 1ml	267282	AMPOLA	10
	77	Butilbrometo de escopolamina 4mg + dipirona 500mg, ampola 5ml.	270621	AMPOLA	50
	78	Cetoprofeno 50mg/ml. Ampola 2ml.	448845	AMPOLA	50
	79	Diclofenaco sódico 25mg/ml, solução injetável. Ampola 3ml	271003	AMPOLA	50
	80	Dipirona monoidratada 500mg/ml, solução injetável. Ampola 2ml.	268252	AMPOLA	50
	81	Furosemida 10mg/ml, ampola 2ml	267666	AMPOLA	10
		TOTAL GRUPO 14			
15	82	Bateria não recarregável, lithium, 3V,	345018	UNIDADE	20



		Cr2032 (para glicosímetro e balança digital.) Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.			
	83	Bateria média alcalina C1,5V LR14 (para otoscópio). Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	240716	UNIDADE	6
		TOTAL GRUPO 15			
16	84	Abaixador de língua, material plástico, embalado individualmente. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	629302	UNIDADE	400
	85	Absorvente higiênico normal, com abas e embalagem individualizada. Pacote com 8 unidades.	301728	PACOTE	10
		TOTAL GRUPO 16			
	86	Máscara descartável, dobrável PFF-2 (S) com sistema antiembaçante, filtro com tratamento eletrostático e espuma nasal , descartável, marca 3M Aura 9320 ou similar. Obrigatório envio de amostra. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	486891	Unidade	500

1.2.1 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1 O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



- 2.1.2 O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
- 2.1.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.1.4 O fornecedor poderá encaminhar pedido de esclarecimento, a qualquer tempo, através do e-mail licitação@trt5.jus.br, da Coordenadoria de Licitações e Contratos, cuja resposta será publicada no Portal do TRT5 para conhecimento de todos os interessados.
- 2.2. Nos termos do item 1.4 do Termo de Referência (anexo I), a participação na dispensa deverá ocorrer sem exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) com base no art. 49, III, da Lei Complementar 123/2006.
- 2.2.1 Em se tratando de uma disputa de ampla concorrência, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.2.1.1 Deverão as microempresas e empresas de pequeno porte participantes apresentar DECLARAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, conforme modelo constante do Anexo IV.
- 2.2.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.3.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.3.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:



- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.3.2 Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.3.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).



2.3.5 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

2.3.5.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133, de 2021.

3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



- 3.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo I), assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.9.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.3 Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.9.4 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n. 8.213/91.
- 3.9.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



- 3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3.12. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.12.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.12.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.
- 3.12.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.12.3 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4 FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,01 (um centavo).
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e **não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.**

5 JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS



- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.
- 5.1.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n. 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.4.1 **SICAF;**
- 5.4.2 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.4.3 **Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n. 3/2018, art. 29, caput).
- 5.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n. 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.6.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n. 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1 Contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. As **amostras** deverão ser apresentadas pelo fornecedor convocado para tanto, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.12.1 O(s) quantitativo(s) referente(s) à(s) amostra(s) não integra(m) as quantidades a serem eventualmente registradas e/ou adquiridas.
- 5.12.2 Na análise da(s) amostra(s), será verificada sua compatibilidade com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Aviso de Dispensa), aferindo o



desempenho, o tipo e a qualidade do produto ofertado com os parâmetros descritos na legislação e normas citadas no Termo de Referência, por meio do manuseio e da realização de testes e de simulações que o setor técnico julgue necessárias na avaliação.

5.12.3 A(s) amostra(s) deverá(ão) ser apresentada(s) no seguinte endereço: Núcleo de Contratações Diretas e Apoio às Licitações – NUCOND – da Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC – situado à Rua Ivonne Silveira, 248, Fórum 2 de Julho, Torre 2, 5º andar, Narandiba (Via local da Av. Paralela - sentido - Centro), Salvador - BA, CEP: 41.192-007, com ônus da remessa cabendo ao fornecedor, contendo o número da Dispensa, a razão social da empresa, o CNPJ e a indicação do item a que se refere.

5.12.4 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.12.5 A(s) amostra(s) aprovada(s) ficará(ão) à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para fins de comparação com o material efetivamente entregue.

5.12.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo servidor responsável pela contratação direta, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Aviso, a proposta do fornecedor será recusada.

5.12.7 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o servidor responsável pela contratação direta analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

5.12.8 Caso a(s) amostra(s) seja(m) reprovada(s), a empresa participante deverá recolher os itens enviados ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento de contratação direta (homologação, revogação ou anulação), após o qual o TRT5 fica automaticamente autorizado a utilizar, doar ou descartar a(s) amostra(s) rejeitada(s).

5.12.9 O ônus do envio da(s) amostra(s) e de sua retirada do TRT5, caso ocorra reprovação – relativo aos custos do transporte – será de total responsabilidade do fornecedor.

5.12.10 A critério do setor requisitante, eventualmente, poderá ser dispensada a apresentação da(s) amostra(s) em caso de oferta de item(ns) cuja proposta ou diligências sejam suficientes para aferir o atendimento às especificações constantes no Termo de Referência.



- 5.12.11 A(s) amostra(s) apresentada(s) pelo fornecedor que tiver(em) o(s) item(ns) adjudicado(s) ficará(ão) retida(s) até a entrega do primeiro pedido, quando, então, poderá(ão) ser por ele reivindicada(s) e retirada(s) em até 15 (quinze) dias após o referido fornecimento. Decorrido esse prazo, não mais poderá(ão) ser reclamada(s), reservando-se ao TRT5 o direito de utilizá-la(s), doá-la(s) ou simplesmente descartá-la(s).
- 5.12.12 Em caso de não haver requisição do produto no prazo de vigência da ata (quando for o caso), a retirada da(s) amostra(s) deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o término da validade da Ata de Registro de Preços. Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamada(s), reservando-se ao TRT5 o direito de utilizá-la(s), doá-la(s) ou simplesmente descartá-la(s).
- 5.12.13 O Tribunal não se responsabiliza pela remessa, em devolução, de qualquer amostra reprovada, cabendo ao fornecedor a adoção, assumindo o custo, de providências para a retirada do produto.
- 5.12.14 A aceitação da proposta somente será feita após a aprovação da(s) amostra(s).
- 5.12.15 O Tribunal somente aceitará a entrega de item(ns) da mesma marca e modelo da(s) amostra(s) aprovada(s).
- 5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14. **Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.**
- 5.15. **Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.**

6 HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n. 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.



- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME n. 67, de 2021).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.



6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. **O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, quando for o caso, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:**

7.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n. 14.133, de 2021;



- 7.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n. 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. **O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.**
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 7.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de **Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 7.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 8.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 8.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 8.2.1 Advertência pela falta do subitem 8.1.11 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2 Multa, conforme especificações do Termo de Referência;
- 8.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.



- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados



conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



- 9.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.1.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. **Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.**
- 9.4. **Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. **No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**
- 9.8. **As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.**



- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;
 - 9.12.2 ANEXO II – Mapa Comparativo de Preços;
 - 9.12.3 ANEXO III – Modelo de Proposta;
 - 9.12.4 ANEXO IV – Declaração – ME/EPP – Contratos celebrados com a Administração Pública.

Salvador, 19 de junho de 2026

Assinado eletronicamente

Ricardo Almeida de Barros

Núcleo de Contratações Diretas e Apoio às Licitações /NUCOND

